Processo nº 563/2006

Data: 25.01.2007

(Autos de recurso em matéria civil)

Assuntos: Substituição de petição.
Justo impedimento.

SUMÁRIO

1. Após apresentação de uma petição onde se impugna uma decisão que concedeu o registo de determinada marca, admissível não é, sob a invocação de lapso, a sua substituição por outra, onde se impugna outra decisão, com a qual se concedeu o registo de outra marca.
2. O justo impedimento pressupõe a prática não atempada de acto devido a evento que a impediu, evento normalmente imprevisível por escapar à previsibilidade do homem médio que usa de diligência normal, não podendo consistir em conduta culposa ou negligente da própria parte ou do seu mandatário, imputando-se a este as condutas dos seus auxiliares.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo nº 563/2006

(Autos de recurso em matéria civil)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Através de petição – de recurso judicial – apresentada no T.J.B. em 07.05.2004, pediu a sociedade “THE A COMPANY, LIMITED”, a revogação do despacho proferido pelo Exmº Chefe do Departamento de Propriedade Intelectual dos Serviços de Economia que concedeu o registo da marca nº XXX.

*

Em 13.05.2004, alegando lapso, pediu a mesma sociedade a

substituição da petição inicial apresentada por outra onde impugnava um despacho proferido pela mesma entidade administrativa através do qual se tinha concedido o registo da marca nº XXX, invocando também justo impedimento para que fosse considerada tempestiva a apresentação desta segunda petição de recurso.

*

Oportunamente, decidiu o Mmº que inviável era a pretendida substituição, e, nesta conformidade, (no que ora releva),

- ordenou o desentranhamento e devolução da segunda petição; e,
- declarou nulo todo o processado posterior à primeira petição, designadamente, de um despacho onde se determinou a citação das requeridas na segunda petição.

*

Inconformada com o assim decidido, do mesmo interpôs a recorrente recurso para este T.S.I.

*

Admitido o recurso para subir com o primeiro que tivesse subida imediata, prosseguiram os autos, vindo-se a julgar extinta a instância.

*

Com o recurso do assim decidido, vieram os autos a esta Instância.

*

Adequadamente processados, cumpre decidir.

Fundamentação

2. Começa-se pela apreciação do 1º recurso.

Nas alegações que apresentou, conclui a recorrente que:

“1ª Imputa a Recorrente ao despacho recorrido um vício de violação de lei consistente na sua não aplicação; o Meritíssimo Juiz a quo, para decidir, não fez a aplicação da

norma do artº 96º do Código de Processo Civil.

- 2ª Na falta de um preceito definidor do conceito de justo impedimento, há que aplicar a norma do artº 96º do Código de Processo Civil e nos termos do nº 1 do citado artº 96º, considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários que obste à prática do acto atempadamente. Ora, tem-se entendido que "evento não imputável" quer dizer que é algum facto em que o interessado não tenha agido com culpa, negligência ou improcedência.*
- 3ª Embora, na situação ocorrida não se possa considerar um caso de força maior da natureza ou do homem, é verdade que se trata de um facto que não é previsível acontecer; na verdade, não é previsível que um advogado, pretendendo entregar 2 petições de recurso judicial impugnando dois despachos da DSE através dos quais foi concedido o registo de duas marcas, tenha entregue 2 petições de recurso iguais impugnando apenas um despacho da DSE.*
- 4ª Tratou-se de um lapso fora do comum pois não houve culpa ou negligência da parte do mandatário forense; segundo a doutrina e a jurisprudência correntes, o justo impedimento*

verifica-se quando a pessoa que devia praticar o acto foi colocada na impossibilidade absoluta de o fazer, por si ou por mandatário, em resultado da ocorrência de um facto independente da sua vontade e que um cuidado e diligências normais não fariam prever.

5ª Logo que terminou a causa impeditiva, o mandatário forense entregou a petição correcta e invocou o justo impedimento, razão por que se deve considerar que o mesmo foi invocado atempadamente e apresentou todas as provas.

6ª Nada justificava que o Meritíssimo Juiz da presente causa tivesse mandado prosseguir o processo, depois de ter julgado não verificados os requisitos do justo impedimento, pois o recurso judicial interposto pela ora Recorrente impugnando a concessão do registo da marca nº N/XXX concedida à sociedade comercial "SOCIEDADE DE INVESTIMENTO PREDIAL B, SA, seguiu a sua tramitação normal, tendo corrido termos pelo 3º Juízo Cível sob o nº CV3-04-0005-CRJ e encontrando-se nesta data no Venerando Tribunal de Segunda Instância para conhecimento do recurso jurisdicional interposto pela aqui também Recorrente do douto despacho saneador que conheceu do mérito da causa explicitado em

Primeira Instância”; (cfr. fls. 770 a 776).

Apreciando.

Vem interposto recurso da decisão pelo Mm^o Juiz proferida que, perante a apresentação pela ora recorrente de uma segunda petição em substituição da primeira, considerou tal substituição processualmente inadmissível, ordenando o desentranhamento da segunda petição apresentada.

Como se colhe das conclusões pela recorrente apresentadas, entende a mesma que o Mm^o Juiz “a quo” não fez aplicação da norma do art^o 96^o do C.P.C.M. que, como se sabe, define “justo impedimento”.

Sem prejuízo do muito respeito por opinião em sentido diverso, temos para nós que nenhuma censura merece a decisão recorrida.

Desde já se consigna que na referida decisão recorrida se considerou – e bem – que em primeiro lugar se devia averiguar da viabilidade da pretendida substituição, para, só depois, se ver se era a segunda petição tempestiva por justo impedimento da prática tempestiva

do acto.

Aliás, neste mesmo sentido foi pela recorrente formulado o pedido, pelo que, quanto ao ponto em questão, nada mais se nos mostra de acrescentar.

Porém, e voltando à apreciação do presente recurso, mostra-se de salientar que, de todo o processado retira-se que através do invocado justo impedimento consistente no lapso na apresentação de uma petição em que se pedia a revogação do despacho que concedeu o registo da marca nº XXX, (a primeira), pretende é a recorrente aproveitar a data de apresentação desta para, com uma segunda petição, recorrer do despacho que concedeu o registo da marca nº XXX.

Ora, perante isto, cremos pois que bem andou o Mmº Juiz a quo ao indeferir a pretendida substituição, pois que, como se vê, a segunda petição não tinha como objecto corrigir qualquer erro material ou de escrita detectado na primeira, e, assim, motivos não havendo para se admitir a pretendida substituição – atente-se pois no artº 211º nº 1 do C.P.C.M. – motivos também não nos parece que havia para se apurar se verificado estava o invocado justo impedimento a fim de se considerar

tempestivo o recurso do despacho que concedeu o registo da marca nº XXX.

Seja como for, não se deixa de dizer aqui que, de qualquer forma, inexistente justo impedimento.

Nos termos do citado artº 96º nº 1 do C.P.C.M.:

“Considera-se justo impedimento o evento não imputável à parte nem aos seus representantes ou mandatários, que obste à prática atempada do acto”.

É entendimento firme e tanto quanto sabemos uniforme que não são hipóteses de negligência, descuido ou esquecimento dos advogados ou de empregados seus incumbidos da prática de certos actos que constituem motivos ou causas de justo impedimento, pois que, como resulta do citado preceito, não há justo impedimento quando o evento é imputável à parte, seu mandatário ou funcionário deste; (cfr., v.g., o Ac. da R. do Porto de 07.02.2000 in, B.M.J. 494º-400).

De facto, o justo impedimento pressupõe a prática não atempada de acto devido a evento que a impediu, evento normalmente imprevisível por

escapar à previsibilidade do homem médio que usa de diligência normal, não podendo consistir em conduta culposa ou negligente da própria parte ou do seu mandatário, imputando-se a este as condutas de auxiliares a quem tenha encarregado a prática do acto.

No caso dos autos, como se vê, a apresentação da primeira petição em vez da segunda, não deixa de ser um “lapso” imputável ao mandatário da recorrente a título de negligência, pois que bastava conferir as peças processuais antes da sua apresentação para se concluir que não eram as pretendidas.

Daí, e sem necessidade de mais alongadas considerações, improcede o recurso.

3. Do recurso da decisão que julgou extinta a instância.

Aqui, apresentou a recorrente as seguintes conclusões:

“1ª Vem o presente recurso da decisão final explicitada em 22 de Maio de 2006, num processo onde, no modesto entender da Recorrente, apenas se discutia o justo impedimento, tendo o Meritíssimo Juiz a quo considerado que o que estava em

causa era um pedido de substituição de uma petição por outra;

2ª A decisão de não considerar estar-se perante uma questão do justo impedimento foi impugnada através de recurso interposto em tempo, tendo sido apresentadas as respectivas Alegações;

3ª Ao contrário do que requerera a ora Recorrente, o Meritíssimo Juiz a quo determinou que tal recurso apenas poderia subir com o primeiro que depois dele tivesse subida imediata;

4ª A decisão final veio a considerar verificada a exceção da litispendência, não tendo, porém, o Meritíssimo Juiz a quo ordenado a remessa dos autos para essa Instância Superior a fim de ser conhecida a questão do justo impedimento e, conseqüentemente, viu-se a Recorrente forçada a recorrer da decisão final, embora, parcialmente;

5ª Na verdade, o douto Tribunal recorrido acompanhou o entendimento da Recorrente no sentido de que a impugnação do despacho da DSE que concedeu a marca que tomou o nº N/XXX fôra já objecto de um processo da espécie "recurso judicial de marca" que, sob o nº CV3-04-0005-CRJ, correu termos pelo 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Base (neste

momento em recurso jurisdicional da decisão final), pelo que não constitui uma decisão impugnável do ponto de vista da Recorrente o facto de ser dada por verificada a excepção da litispendência;

6ª Salvo o devido respeito, o Meritíssimo Juiz a quo devia ter ordenado a remessa dos autos para essa Instância, uma vez que a questão fulcral reside na verificação (ou não) do justo impedimento de tal forma que possa ser aproveitado o presente processo para ser conhecida a impugnação do despacho da DSE que concedeu a marca que tomou o nº N/XXX concedida à sociedade comercial "C - SOCIEDADE GESTORA, LIMITADA", nos termos que constam das alegações de recurso do despacho de fls. 379"; (cfr. fls. 770 a 776).

Apreciando.

Tanto quanto se alcança do teor das conclusões pela recorrente produzidas, o que em boa verdade pretende a mesma é não a revogação do despacho que constatando a verificação da excepção dilatória da litispendência declarou extinta a instância a que diz respeito a (primeira) petição apresentada em 07.05.2004 – pois que perante a constatação que a

decisão objecto da mesma (concessão do registo da marca nº XXX) fora já objecto de decisão e da qual se encontrava pendente recurso, reconhece que nenhuma censura merece – mas sim fazer chegar a este T.S.I. o recurso que antes tinha interposto da decisão que não lhe admitiu a já referida substituição da petição datada de 07.05.2004 pela apresentada em 13.05.2004.

Pois bem, há que dizer que para o efeito em causa, podia (e devia) a recorrente invocar o artº 602º do C.P.C.M., pedindo a subida do seu primeiro recurso.

Seja como for, importa agora consignar que o presente recurso não tem objecto, pois que, pretendo-se com o mesmo tão só a subida dos autos a esta Instância para apreciação de um recurso anteriormente interposto, patente é que com o mesmo não se impugna nenhuma decisão proferida.

Assim, nada havendo a conhecer no âmbito do presente recurso, e apreciado que já foi o primeiro, resta decidir.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam, julgar improcedente o “1º recurso”, não se conhecendo do “2º recurso”.

Custas pela recorrente.

Macau, aos 25 de Janeiro de 2007

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong